

## Épocas da farmácia em Portugal e na Europa: sinopse histórica

João Rui Pita\*

**Resumo** – Neste estudo o autor faz uma breve síntese da história da farmácia e do medicamento em Portugal e na Europa levando o leitor às principais etapas desta área científica e profissional. São focados alguns dos principais protagonistas dos momentos mais marcantes, bem como algumas das descobertas que caracterizam a história das ciências médicas e farmacêuticas e as práticas decorrentes das inovações científicas. O autor faz, também, uma articulação entre a realidade portuguesa e o contexto internacional.

**Palavras-chave** – História da farmácia; História do medicamento; História das ciências farmacêuticas.

**Abstract** – With this study the author presents a brief synthesis of the history of the pharmacy and medication in Portugal and Europe, taking the reader through the main stages of this professional and scientific area. The focus is on a few protagonists of the most remarkable moments, as well as some discoveries that characterized the history of medical and pharmaceutical sciences and the practices resulting from scientific innovations. The author also articulates between the Portuguese reality and the international context.

**Keywords** – History of pharmacy; History of the medication; History of the pharmaceutical sciences.

---

\*Professor da Faculdade de Farmácia; Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX (Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia) - Universidade de Coimbra-CEIS20. Email: jrpta@ci.uc.pt

## Introdução

A farmácia é entendida, hoje, como ciência e profissão. Uma profissão sustentada em bases científicas e técnicas e em tecnologias. Uma ciência multi e interdisciplinar e uma profissão fortemente regulamentada. O medicamento é uma questão científica, técnica e tecnológica. Por outro lado, o medicamento constitui, igualmente, uma questão de natureza económica, política e social. A farmácia e o medicamento apenas podem ser entendidos em toda a sua vastidão e extensão se articularmos todas essas vertentes. A farmácia e o medicamento têm uma história riquíssima. A história da farmácia e do medicamento em Portugal têm, igualmente, uma longa história e que apenas pode e deve ser entendida no contexto da história geral da farmácia. E a história da farmácia apenas pode e deve ser entendida no contexto das outras ciências e profissões de saúde, da história da ciência.

## Práticas mágico-religiosas

Alguns dos mais antigos testemunhos escritos sobre a arte farmacêutica e sobre medicamentos são provenientes da zona do Próximo e Médio Oriente. Ficaram famosos os papiros egípcios, onde se inscrevem inúmeras formas farmacêuticas, medicamentos, terapêuticas variadas. Nas civilizações persa, egípcia, mesopotâmica e outras, encontramos testemunhos de uma velha farmácia curativa. Ficaram igualmente famosas as pinturas sobre rituais sanitários provenientes do Egipto, onde foram muito desenvolvidas as práticas higiénicas e de cosmética. Tudo parece indicar que o documento escrito, mais antigo, com interesse médico são as tábuas de Nippur. Temos, também, indícios de práticas médico-farmacêuticas noutras regiões do mundo, como no Oriente e no Continente Americano. Para nós, europeus, o papel e a influência provenientes da zona do Próximo Oriente tornaram-se decisivos. As práticas médico-farmacêuticas desses povos eram, essencialmente, de natureza mágico-religiosa. As causas das doenças podiam ser naturais e sobrenaturais e

os tratamentos para essas mesmas doenças podiam, também, ser naturais e sobrenaturais, sendo fundamental o papel do bruxo ou feiticeiro. A distinção entre doença e sintoma não estava clara. Este estado de coisas manteve-se até à relevante influência da cultura helénica e do papel de Hipócrates. Foi a chamada medicina (em sentido amplo) pré-técnica, sendo de sublinhar na Grécia Antiga, neste período pré-técnico, o nome de Asclépio, a quem foram atribuídos vários filhos, dois deles, Hygea e Panacea. Asclépio, cujo nome hoje se aplica a vários produtos do sector médico-farmacêutico, surge habitualmente como um homem idoso, com um bastão no qual se encontra enrolada uma serpente, símbolo da sabedoria e da qual se extrai um veneno, substância que no organismo humano o altera de modo a poder provocar a morte. A esta imagem, foi buscar a farmácia e a medicina alguma da sua simbologia.

## A teoria dos humores de Hipócrates e Galeno

Na Antiguidade Clássica, os nomes de Hipócrates (460-377 a. C.) e de Galeno (131-200 d. C.) são as duas marcas fortes. Na Grécia Antiga, Hipócrates assinala a viragem para a medicina baseada na observação e nos sintomas, cada vez mais afastada dos conceitos mágico-religiosos que impunham regras exclusivas no diagnóstico do doente. Para Hipócrates, foi imperativo o conceito de humor, algo que existia no organismo humano e que se caracterizava pela sua fluidez, miscibilidade e pelo facto de ser o suporte de quatro qualidades elementares: calor, frio, secura e humidade.

Hipócrates era um discípulo da Escola de Cos. Nesta Escola, desenvolviam-se estudos importantes sobre a teoria humoral. Os humores eram quatro: sangue, fleuma, bílis amarela, bílis negra, provenientes de diferentes órgãos do corpo humano, e estavam relacionados com os quatro elementos da natureza: terra, água, ar e fogo. Por outro lado, relacionavam-se, também, com as designadas qualidades: calor, frio, secura e humidade. De acordo com a teoria dos humores, do cruzamento de todos estes parâmetros resultariam quatro temperamentos: sanguíneo,

feumático, bilioso e melancólico. Quando havia equilíbrio entre os humores havia saúde, era o estado de crase ou eucrasia; o desequilíbrio no seu seio trazia o estado de discrasia, surgindo a doença. Por esta razão, os medicamentos a ser utilizados tentavam equilibrar os humores, podendo ser ainda aplicadas outras técnicas com esse fim. Para Hipócrates, o excesso de humores podia ser controlado pela sua expulsão do organismo pela boca, nariz, fezes, urina, ou através de sangrias. A dieta era igualmente muito valorizada e decisiva. Hipócrates deu especial atenção aos purgantes. As drogas usadas eram vegetais, animais e minerais, destacando-se as primeiras. Sublinham-se nestas, e entre várias, as seguintes: escamónea, heléboro, alho, cebola, melão, melancia, pepino, funcho, bolbos de narciso, farinha cozida, hissopo, dormideira, mandrágora, meimendro, beladona, vinho, cozimento de cevada, leites variados, etc. Como excipientes recomendava o vinho, misturas de vinho e água, misturas de vinho e mel, misturas de vinho e leite, cervejas, tisanas de cereais, tisanas de legumes, melitos, oximelitos, etc. Como formas farmacêuticas, encontramos, na Grécia Antiga, pílulas, bolos, electuários, pastilhas, unguentos, pomadas, ceratos, colírios, pomadas oftálmicas, supositórios, clisteres, etc. Para Hipócrates, era muito importante a observação clínica, a dieta e as normas higiénicas. Com ele, as doenças deixam de ser interpretadas como um mal dos deuses, abandonando-se a divisão entre naturais e sobrenaturais, o que conduz a uma nova abordagem da doença e suas terapêuticas, no caso que nos interessa, medicamentosas.

Galeno é o nome maior da medicina romana. Natural de Pérgamo, viveu entre 131 e 200 d. C., viajando por diversas regiões e cidades do Sul da Europa e do Próximo Oriente, vindo a fixar-se em Roma. Foi médico do Imperador Marco Aurélio. Deu continuidade à teoria dos humores de Hipócrates. Na senda deste, ligava os quatro elementos da natureza a qualidades e temperamentos. Realizou trabalhos notáveis de sistematização de medicamentos e de terapêuticas. O sangue era quente, húmido e relacionava-se com o ar; a fleuma era húmida, fria e estava em articulação com o ar; a bÍlis negra era fria, seca e estava em relação com a terra; a bÍlis amarela era seca, quente e com ela estava em sintonia o fogo. O organismo saudável era aquele em que havia equilíbrio entre

os humores, podendo ter vários temperamentos: sanguíneo, fleumático, melancólico e colérico. Galeno relacionava as doenças com as estações do ano, idade, etc. Como terapêuticas apontava, para além da cirurgia, a que se fazia à base de medicamentos e a dietética. Para Galeno, deveria haver uma diferenciação entre os medicamentos: os que actuam sobre uma qualidade elementar, os que actuavam sobre várias qualidades elementares e os que apresentavam uma acção específica. Como formas farmacêuticas, encontramos em Galeno e na Roma Antiga, cozimentos, infusões, pastilhas, pílulas, electuários, supositórios, enemas, cataplasmas, clisteres, linimentos, etc.

Entre outros vultos da Roma Antiga, podemos assinalar Celso (século I d.C.) que nos legou diversos textos escritos e Dioscórides (século I d.C.) que publicou a célebre *Matéria Médica*, onde refere com pormenor cerca de 600 drogas e apresenta enormes preocupações com a conservação, a venda das drogas e as suas propriedades medicinais.

O galenismo, isto é, as doutrinas galénico-hipocráticas mais ou menos adaptadas, vigoraram na Europa Ocidental até finais do século XVIII. Ao longo da história, foi sendo sucessivamente ameaçado, revogado em muitas matérias, alterado, mas o certo é que a sua matriz foi mantendo-se até àquele período, quando, comprovadamente, se mostrou incapaz de dar explicações para as muitas questões científicas que despontavam.

### A farmácia medieval: entre pestes e mezinhas

No período medieval, com influências muito fortes e, de certo modo, inovadoras no campo farmacêutico, podemos falar da influência da vulgarmente designada Idade Média Europeia e da árabe. Com esta, oriunda do Norte de África, do Próximo e Médio Oriente, os medicamentos de origem mineral vão ganhando uma importância que nunca tiveram. Ouro, prata, mercúrio, pedras preciosas diversas, eram medicamentos minerais vulgares. Os árabes desenvolveram diversas técnicas operatórias como, por exemplo, a destilação. Introduziram pela primeira vez o açúcar na preparação de medicamentos e, pela primeira vez também,

douraram e pratearam as pílulas. Entre as formas farmacêuticas, eram vulgares as pomadas, os unguentos, os ceratos, os emplastos, os colírios, os sabões, os supositórios, etc. Tiveram grandes preocupações com a conservação dos medicamentos e com o seu armazenamento, bem como sobre os locais de venda. Tudo parece indicar que as antecessoras das actuais farmácias hospitalares tenham surgido em território árabe. Entre vários nomes com destaque na área farmacêutica, salienta-se Rhazes (c. 854-925), Mésué, O Jovem (924-1015), Avicena (980-1073), Maimónides (1135-1204).

Na Idade Média Europeia, deve assinalar-se o papel decisivo das Ordens Religiosas. Há indicação de monges e instituições religiosas que preservaram textos antigos e implantaram as boticas, consequentemente, desenvolveram os jardins botânicos com plantas medicinais necessárias para a preparação dos medicamentos. Para além da função assistencial podemos falar, também, durante o período medieval, da importância de instituições de ensino. Na Europa deve destacar-se, entre outras, a famosa Escola de Salerno que liderou o ensino médico até 1194, ano do saque da cidade. A partir do século XII, dá-se um processo de fundação de universidades europeias, em parte devido ao papel desenvolvido pelos Franciscanos e Dominicanos. Em 1240, Frederico II pronulga a Magna Carta da Farmácia, documento onde pela primeira vez se faz referência oficial à separação entre medicina e farmácia, para utilizar uma terminologia actual. No último século e meio da Idade Média são de assinalar, na Europa, significativas alterações socioeconómicas, demográficas, proliferação de epidemias e elevada taxa de mortalidade. Neste caso concreto, pode dizer-se que entre 1150 e 1350 este continente passou de 50 a 73 milhões de habitantes; em 1350, contava apenas com 51 milhões; em 1400, eram apenas 45 milhões. Este decréscimo é devido à peste negra que assolou o continente. Assinalam-se outras doenças vulgares na época, como a lepra, o escorbuto, a sarna, antrax, piolhos, doenças oftálmicas, etc. A farmácia medieval seguiu a tradição galénica. Os medicamentos deviam ser classificados de acordo com os quatro graus da doença, os mesmos em que as qualidades se encontravam nos medicamentos, e com os quatro graus de acção terapêutica desses medicamentos.

Em Portugal, avulta o nome de Pedro Hispano (1200-1277), de seu nome Pedro Julião. Estudou em Paris, onde ensinou, tal como em Siena. Exerceu cargos religiosos no nosso país e foi Papa durante cerca de 9 meses, com o nome de João XXI. É a figura maior das ciências da saúde em Portugal do período medieval. A sua obra mais significativa e com interesse para a medicina e a farmácia, intitula-se *Thesaurus Pauperum*, onde encontramos referências declaradas a Galeno, Avicena e Dioscórides. Ainda em Portugal deve mencionar-se a importância da *Carta de Privilégios* de D. Afonso V (1449), acontecimento de grande relevância para a farmácia portuguesa. O Regulamento de Afonso V, de 1461, sobre as diferentes profissões das artes de curar, por exemplo, médicos e boticários, também é digno de registo pela diferenciação que faz entre as várias artes. Assinale-se, ainda, em finais do século XV e início do século XVI a fundação de instituições assistenciais diversas, como hospitais, dispersas por muitas cidades do país.

### As descobertas marítimas e as novas drogas americanas, africanas e orientais

A expansão europeia por outros continentes, a partir do século XVI, e a chegada à Europa de novos produtos para a produção de medicamentos, são das marcas mais relevantes do Renascimento. Contudo, também são merecedores de destaque outros aspectos que apenas podem ser entendidos no contexto social, político, económico e científico da época. Vejamos, em traços gerais, algumas dessas marcas nesse período. Destaque-se a nova etapa que a anatomia inicia com Andrés Vesálio (1514-1564). Autor de várias obras, como *De humani corporis fabrica* (1543), realiza de forma consistente estudos anatómicos em cadáveres humanos, revelando muitas insuficiências na anatomia proposta por Galeno que continuava a vigorar. Tratou-se, simultaneamente, de um movimento renovador nas ciências médicas, mas também, a ruína de uma dos pilares essenciais das teorias de Galeno e do galenismo. Ambroise Paré (1510-1590) surge no século XVI como a figura tutelar da renovação da

cirurgia, que deveria ser abordada de uma diferente forma em função da “nova” anatomia vesaliana. Antes de falarmos mais directamente das questões farmacêuticas, sublinhe-se ainda a importância de Girolamo Fracastoro (1483-1553) com as teorias do contágio. Do ponto de vista farmacêutico, deve atender-se à enorme influência que continuou a sentir-se do autor clássico Dioscórides, traduzido em várias línguas e impressos em diversos países. Mattioli foi um dos seus principais tradutores. Durante o Renascimento, o aparecimento da imprensa proporcionou a produção de livros em maior quantidade, maior expansão do saber e acesso a esse mesmo saber. Imprimiram-se, igualmente, textos de outros autores clássicos que foram muito expandidos e estudados, como foi o caso dos autores árabes Mesué, Rhazés e Avicena e que conheceram centenas de edições entre 1474 e 1600. Paracelso (1493-1541) marcou a história da farmácia, da química e da medicina. Figura controversa, propunha a revolução no seio das ciências da saúde. Para ele, o saber galénico e de Avicena estava ultrapassado e propunha um renovação total de acordo com as suas doutrinas. Entre outros tópicos, refira-se ter sido o introdutor da terapêutica por sais metálicos por via interna, ser forte defensor da medicação química e valorizar, de modo especial, o papel do laboratório na preparação dos medicamentos. É considerado como pioneiro da farmácia química e, na sua sequência, vem a surgir uma linha terapêutica no século XVII, a iatroquímica.

As descobertas marítimas trouxeram à Europa produtos naturais novos, provenientes de países da América e do Oriente, alguns deles com elevadas propriedades terapêuticas. As rotas marítimas proporcionaram, também, a entrada de produtos já conhecidos, mas agora de forma mais rápida. As drogas americanas vincaram, profundamente, a terapêutica europeia. Drogas como a quina, o guaiaco, a salsaparrilha, a jalapa, o sassafrás, a ipecacuanha, entre outras mostraram-se rapidamente dotadas de propriedades importantes e permitiram atacar doenças para as quais não havia uma adequada medicação. De todas elas, sobressaiu a quina que possibilitou combater mais consistentemente as febres, sendo utilizada contra o paludismo. O guaiaco foi muito usado no combate à sífilis, que se propagou intensamente no decurso da expansão europeia.

Em suma, durante o Renascimento, o arsenal terapêutica alargou-se significativamente. Para além das drogas clássicas descritas por Galeno, a Europa passou a dispor de medicamentos químicos introduzidos por Paracelso e seus seguidores e das “novas” drogas, sobretudo, americanas. O interesse na investigação botânica e terapêutica aumentou com os novos produtos, à medida que se desenvolviam fortes rotas comerciais. Esses produtos revestiram-se de enorme valor científico e, paralelamente, de igual valor comercial. Os droguistas, isto é, os comerciantes de drogas, assumem-se gradualmente como um grupo socioprofissional sólido e economicamente próspero. Em Portugal, sobressaem alguns nomes como Garcia de Orta (1501-1568), natural de Castelo de Vide. Partiu para a Índia em 1534 e redigiu uma famosa obra intitulada *Colóquio dos Simples* (Goa, 1563) tendo, com este livro, dado a conhecer ao mundo, diga-se à Europa, as drogas do Extremo Oriente. Refiram-se, ainda e entre outros, os nomes de Tomé Pires (?-1524 ou 1540) e Cristóvão da Costa (1525-1593). Tomé Pires foi o primeiro embaixador de Portugal na China e boticário. Na prática, aqui, da arte de botica, conheceu um período áureo e, de acordo, com as crónicas, também momentos de declínio. Cristóvão da Costa foi médico em Cochim. De regresso a Portugal fixou-se em Burgos. Publicou a obra *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales* (1578), onde retoma, amplia e divulga o tratado de Orta que chegou a conhecer pessoalmente. Do ponto de vista institucional e administrativo assinale-se e publicação, em 1521, do *Regimento do Físico Mor do Reino*, documento que constitui uma autêntica base do exercício da arte de boticário (entre outras partes do documento), abordando, ainda, problemas de acesso à propriedade do estabelecimento e sua organização, preços dos medicamentos, inspecções às boticas, etc.

### Na transição do século XVII para o século XVIII: entre iatroquímica, iatromecânica e outras doutrinas médico-farmacêuticas

O século XVII e parte do século XVIII, normalmente apelidados de barroco médico ou barroco farmacêutico, constituíram um período de significativa efervescência científica. A influência de pensadores como Descartes, Bacon, Leibniz, Locke, bem como de outras figuras como Galileu, Newton, Pascal, Kepler, entre outros, foi decisiva. São inventados instrumentos científicos como o telescópio, o barómetro, o termómetro, o microscópio, entre outros, que a breve trecho se tornam instrumentos imprescindíveis no trabalho laboratorial e no trabalho laboratorial farmacêutico. Antoine Van Leeuwenhoek (1632-1723) é um nome pioneiro na utilização sistemática do microscópio, descrevendo, e pela primeira vez, infusórios e espermatozóides. Robert Hooke (1635-1703) introduziu, em 1665, a palavra célula e Nehemiah Grew (1641-1712) desenvolveu os primeiros conceitos de célula e de teoria celular. Entre outras áreas pioneiras, sublinhem-se os notáveis trabalhos de Marcello Malpighi (1628-1694), que levaram à criação da anatomia microscópica e que teve, em Lorenzo Bellini, um dos seus principais discípulos. Com mais impacto na medicina do que na farmácia, podemos falar, ainda, de Thomas Sydenham (1624-1689) mas, sobretudo, de Hermann Boerhaave (1668-1738), cuja influência doutrinal se alargou toda a Europa. As repercussões da sua obra fizeram sentir-se nalguns pontos da história da farmácia e a doutrina médica que difundia tinha na anatomia e na fisiologia alguns dos seus alicerces principais. A iatromecânica influenciou a sua obra e prática clínica, assim como o conhecimento que possuía da química. Valorizou a observação clínica, que considerava um dos eixos principais do ensino e da prática médicos, e ainda, os conhecimentos de botânica e de anatomia patológica. Tratava-se, portanto, de um conhecimento enciclopédico e sistemático da medicina que envolveria, também, a própria farmácia. A sua vasta obra percorreu toda a Europa e as suas aulas em Leyde, na Holanda, fizeram muitos discípulos, entre os quais, Van Swieten, Haen, Haller, Pringle e o português Ribeiro Sanches. O le-

gado de Boerhaave influenciou a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772. Podíamos falar de outros nomes que foram determinantes neste período, como o de Georg Ernst Stahl (1659-1734), que concebeu a teoria do flogisto e a teoria do animismo, e de Friederich Hoffmann (1660-1742).

Importa reter a nossa atenção na farmácia do barroco, onde a mistura entre a tradição e a inovação era bem patente. Assim, pode considerar-se que entre os principais grupos farmacêuticos havia: a medicação clássica descrita por Galeno constituída por purgas, sangrias, clisteres e produtos vegetais, isto é, a medicação galénica o mais próximo possível da tradição; depois, a medicação química, proveniente e defendida, sobretudo, pelos iatroquímicos e surgida na sequência da “escola” paracelsista, com maior ou menor grau de adaptação. Por outro lado, deve vincar-se o ascendente que as drogas americanas tinham nesse período e com resultados científicos, clínicos e comerciais importantes e a presença de águas mineromedicinais. É também neste período que se começam a fazer os primeiros rudimentos de injeções endovenosas e de transfusões sanguíneas, embora com resultados pouco animadores. Pela importância que começavam a ter na terapêutica medicamentosa da Europa Ocidental, é oportuno sublinhar o valor das drogas americanas como a quina, a ipecacuanha, a salsaparrilha, o guaiaco, entre muitas outras. Merece especial destaque a quina que se veio a definir, em nosso entender, como a droga de maior impacto na terapêutica da Europa até finais do século XVIII. Utilizada no combate às febres e muito particularmente ao paludismo, a quina revelou, segundo os cientistas, médicos e boticários da época, muitas outras propriedades. Avaliar a variedade destas, conduziu a experiências por toda a Europa. São vários os autores que se preocupam com as drogas, sobretudo americanos, como o famoso Padre Tristão, Samuel Purchas, George Marckgraff, Willelm Pies, Le Gras, etc. Será importante referir, neste período, a produção dos chamados “medicamentos secretos”, isto é, uma medicação cuja fórmula era desconhecida do grande público e mantida em segredo pelo produtor e médico. Ficou famosa a célebre “Água de Inglaterra”.

No século XVII, publicam-se, intensamente, farmacopeias em vários países da Europa, prática também continuada no século XVIII. Ficaram famosas, pela expansão e rigor que detinham e, por isso, pela utilidade prática que mostravam, as farmacopeias de Veneza, de Londres, de Amsterdão, de Edimburgo, e outras. São publicados muitas obras de referência como, por exemplo, as de Moise Charas, de Johann Zwelfer, de Nicolas Lémery. Tudo indica que a obra farmacêutica de Lémery foi a que mais influenciou doutrinamente a Europa. Os seus livros tornaram-se uma referência europeia na arte dos medicamentos e também na própria química. Foi traduzido em várias línguas, embora em Portugal não seja conhecida qualquer tradução deste boticário francês. Aqui, ao nível de produção de literatura farmacêutica, podemos falar de alguns autores: Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731), médico do Rei D. João V, que teve grandes preocupações com as águas e o tratamento pelas águas e nos legou o famoso *Aquilegio Medicinal* (1726); João Curvo Semedo (1635-1719), um dos introdutores da farmácia química, deixando-nos diversas obras de referência, sendo de sublinhar a sua célebre *Polyanthea Medicinal* (1697); João Vigier (1662-1723), boticário e droguista francês que se fixou em Portugal e publicou diversos trabalhos, entre os quais, em 1716, a *Pharmacopeia Ulyssiponense*, o primeiro que introduz em Portugal, de um modo sistemático, os medicamentos químicos; D. Caetano de Santo António, cônego regrante de Santo Agostinho. Enquanto permanecia no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, antes de se mudar para o Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, publicou a primeira farmacopeia portuguesa, a *Pharmacopea Lusitana* (1704), que teve edições posteriores em 1711, 1725 e uma edição póstuma.

### **Os finais do século XVIII e o termo da vigência galénica: revolução química, farmacopeias oficiais, vacina e higiene pública**

Na segunda metade do século XVIII, no mundo da farmácia e do medicamento, assistimos a alterações profundamente significativas e con-

sequentes. Não estão alheias às modificações operadas, algumas com consequências relevantes a nível social, as que tiveram lugar no plano sociopolítico. A confiança ilimitada nas capacidades da razão é um fio continuador, transversal a diversos domínios do saber. No campo farmacêutico, neste período, observamos, pelo menos oficialmente, o fim da tradição ou herança galénica. Assistimos a poucas inovações galénicas, do ponto de vista de inovação de forma farmacêutica. A revolução química de Lavoisier fez-se sentir na farmácia de modo profundo, tanto a um nível mais interno como a um nível mais externo, resultado da escrita de textos científicos. As inovações transmitidas à comunidade científica por Lineu, fizeram sentir-se de modo acentuado no campo farmacêutico; a classificação da natureza, em particular a classificação binominal botânica, por ele proposta, trouxe o conhecimento de mais espécies vegetais com valor farmacêutico. Após Lineu, foi possível verificar que, num mesmo vegetal, uma dada espécie era mais interessante do ponto de vista terapêutico do que outra espécie, começando a ser desfeitos equívocos sobre os muitos produtos vegetais utilizados na preparação de medicamentos. Na Universidade de Coimbra, o curso de boticários instituído pela reforma pombalina de 1772, introduziu no ensino farmacêutico a componente química, a ser leccionada no Laboratório Químico da Faculdade de Filosofia, também criado em 1772. Recorde-se que neste Laboratório fizeram-se experiências da química lavoisieriana, muito em cima das descobertas de Lavoisier e dos seus discípulos. Nomes como os de Tomé Rodrigues Sobral e de Vicente Seabra ficam para a história como dois dos principais introdutores da química de Lavoisier em Portugal. Nos finais do século XVIII, surge a primeira medicação preventiva eficaz: a vacina contra a varíola proposta por Edward Jenner. Esta medicação preventiva pode ser interpretada como um dos braços práticos e visíveis da higiene pública e das questões higienistas que, na segunda metade do século XVIII, sobretudo na parte final, despontavam com firmeza por toda a Europa. Um dos pontos mais consistentes sublinhava que se o Estado quisesse ter uma população saudável, essa população precisava não apenas de curar as doenças, mas também de as tratar, devendo aquele ter, aqui, um papel activo. Em Portugal, a adesão

à vacinação jenneriana foi forte. Em 1812, foi fundada a Instituição Vacínica da Academia das Ciências de Lisboa, cujo objectivo era divulgar e praticar a vacinação. O boticário e médico Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1828?) publicou, em 1801, um pequeno livro intitulado *Preservativo das Bexigas*, onde descreve os efeitos benéficos da vacinação e as condições de aplicação. O impacto da vacinação contra a varíola foi de tal ordem relevante que possibilitou estudar, estatisticamente, os seus efeitos na população europeia. Outro dos braços visíveis a nível farmacêutico, dessa preocupação do Estado na resolução de problemas de saúde, está na publicação de farmacopeias oficiais que nos finais do século XVIII se tornam uma realidade consistente. A publicação de uma farmacopeia oficial por parte de um país significava que o Estado estava fortemente empenhado em tutelar a questão dos medicamentos, fazendo redigir um livro que fosse uma compilação das matérias-primas, dos medicamentos e das operações farmacêuticas a utilizar com segurança. A enorme proliferação de farmacopeias, surgidas ao longo dos séculos XVII e XVIII, permitiu que os medicamentos fossem preparados com base em diferentes livros, e, mesmo, em manuscritos existentes nas boticas. Ao que se sabe, esta situação, proporcionava deficientes condições de preparação de medicamentos e, até, de medicamentos algo duvidosos. O surgimento de farmacopeias oficiais tentou colocar cobro a estas situações. A partir do momento em que diferentes países passaram a adoptá-las, a preparação dos medicamentos tinha que ser feita através delas, o que aumentava, pelo menos teoricamente, a segurança do doente. Também se deve assinalar o surgimento, em finais do século XVIII, da homeopatia como doutrina farmacêutica, embora o seu sucesso, pelo menos temporário, só tenha acontecido no século XIX. Portugal tentou acompanhar esta modificação que se processava em matéria de medicamentos e a nível farmacêutico. Em 1794, foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral*, redigida por Francisco Tavares (1750-1812), professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e Físico-Mor do Reino. Ensinou Matéria Médica e Farmácia nesta universidade e publicou muitas obras no âmbito da medicina, farmácia e hidrologia.

Em finais do século XVIII a doutrina galénica começa a mostrar-se insuficiente para explicar diversos fenómenos ou questões da natureza. A terra, a água, o ar e o fogo deixam de ser os elementos da natureza, como o provou Lavoisier.

### **O século XIX: cientificação da farmácia, revolução farmacológica e industrialização do medicamento**

A primeira metade do século XIX, do ponto de vista farmacêutico, é marcada pela tentativa de afirmação por parte das escolas científicas para, assim, ocuparem o espaço deixado pela velha e firme doutrina galénica. São de assinalar os trabalhos sobre a teoria celular de Matthias Jakob Schleiden (1804-881) e de Theodor Schwann (1810-1882). O trabalho químico laboratorial, em moldes modernos, entra numa velocidade de cruzeiro, o que levou à descoberta de inúmeras substâncias dotadas de propriedades medicinais. Em 1828, Frederick Wohler (1800-1822) fez a síntese laboratorial da ureia. Com esta descoberta, a tradicional barreira entre o químico e o não químico dissipa-se e entra-se numa outra fase da história da química. Os avanços verificados desde finais do século XVIII na área da química e continuados no início do século XIX, proporcionaram o isolamento de princípios activos de produtos vegetais. Isto é, as partes de plantas que habitualmente eram utilizadas passaram a ser substituídas por pequenas quantidades de substâncias dotadas de propriedades terapêuticas, extraídas quimicamente das plantas. Nos primeiros anos do século XIX, foram descobertos ou isolados produtos como a narcotina (Derosne, 1803), a morfina (Serturmer, 1805), o cinchonina (Gomes, 1810), a veratrina (Meisner, 1818), a estricnina (Pelletier e Caventou, 1818), a cafeína (Runge, 1820), o quinino (Pelletier e Caventou, 1821), a atropina (Mein, 1831), etc. Em Portugal, deve sublinhar-se o papel crucial que o médico e cientista Bernardino António Gomes (1768-1823) teve no isolamento do cinchonino, que se revelou uma descoberta notável. As farmacopeias e muitos tratados farmacêuticos começaram a introduzir fórmulas constituídas por estas substâncias ou



princípios activos. É muito interessante vermos esta passagem de uma farmácia empírica, podemos dizer, para uma farmácia científica, através das modificações operadas nas farmacopeias. A segunda farmacopeia oficial portuguesa, o *Código Pharmaceutico Lusitano*, publicado pela primeira vez em 1835, por Agostinho Albano da Silveira Pinto (1785-1852), traduz bem a modificação que ia tendo lugar no meio farmacêutico. Nele, vemos incluídas monografias e fórmulas que contêm diversos sais destes produtos extraídos da natureza.

Os avanços no domínio da fisiologia experimental, simbolizados pelos trabalhos pioneiros de Claude Bernard (1813-1878), e noutros campos da medicina de laboratório, levaram à consolidação da farmacologia experimental. Isto é: não era somente necessário que fossem isoladas da natureza as substâncias dotadas de propriedades terapêuticas, era obrigatório testá-las laboratorialmente para avaliar resultados científicos, farmacológicos e terapêuticos, dos produtos a utilizar nos fármacos em questão. Por outro lado, Rudolph Virchow (1821-1902) introduziu o conceito de patologia celular. Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910), considerados “Pais” da microbiologia desenvolveram esta área tão relevante para a farmácia. Os microbiologistas de finais do século XIX, conseguiram identificar uma enorme quantidade de bactérias responsáveis por um conjunto de doenças. A partir de então, foi possível identificar as causas de várias dessas doenças infecciosas, abrindo-se, assim, as portas a um conjunto de terapias medicamentosas curativas e preventivas, vindo algumas a desembocar, mais tarde, nos antibióticos e outras a relacionaram-se com a prevenção e o surgimento de várias vacinas. Paul Erlich (1854-1915) introduziu e divulgou o conceito de terapêutica experimental, completando-se, deste modo, um ciclo iniciado com a farmacologia experimental. Com Erlich, iniciou-se a ideia de que era importante testar o medicamento acabado, de modo a avaliarem-se as doses a administrar e os seus efeitos terapêuticos, entre outros aspectos.

Em finais do século XIX e início dos século XX, os avanços que foram sucedendo-se no domínio da química, num forte crescente desde o início do século XIX, favoreceram a descoberta de uma grande quan-

tidade de substâncias com finalidades terapêuticas e, daí, enriquecer-se o arsenal terapêutico. Surgem ou consolidam-se as primeiras indústrias farmacêuticas de grande dimensão em moldes modernos. Nos finais do século XIX, cria-se em Portugal a primeira indústria farmacêutica de grande dimensão – a Companhia Portuguesa de Higiene (1891). Com o desenvolvimento das indústrias farmacêuticas, o medicamento feito em série vai substituindo o medicamento artesanal. Os medicamentos começam a ser produzidos em grande quantidade, em unidades fabris, com máquinas sofisticadas, muitas vezes a baixo preço unitário, embora o investimento em unidades dessa natureza fosse grande e o tempo e os custos de investigação para a sua produção, antes da produção em larga escala, resultasse significativo. Aparecem formas farmacêuticas adaptadas ao mundo industrial, como os injectáveis e os comprimidos. A publicidade aos medicamentos produzidos passa a ser uma realidade com grande força. Basta estarmos atentos a diversos periódicos portugueses, médicos, farmacêuticos ou de actualidades, para o constatarmos.

Na verdade, no século XIX até, *grosso modo*, à I Guerra Mundial, assistimos ao que pode designar-se de revolução farmacêutica, revolução farmacológica ou revolução fármaco-terapêutica, tal o conjunto de inovações ocorridas no mundo das farmácias e dos medicamentos e que mudou radicalmente o entendimento do medicamento e do seu papel na sociedade. A sua industrialização levantou muitas outras questões, entre as quais a expansão para outros países distintos do país de produção; requisitos legais e regulamentares relacionados com a exportação e a importação e outros de ordem económica; o problema da publicidade, etc. A relação do medicamento com o público, o farmacêutico e o médico altera-se substancialmente. Ao percorrermos periódicos científicos, nacionais e estrangeiros, registamos a presença de muitas destas problemáticas. As farmacopeias oficiais tentam fazer um enorme esforço de actualização para acompanhar as alterações verificadas. Em Portugal, publica-se em 1876 a *Pharmacopéa Portuguesa*, a terceira farmacopeia oficial portuguesa e a primeira a ser redigida por uma comissão especialmente designada para o efeito, que teve em Bernardino António Gomes (filho) o seu presidente e em Sousa Martins, o seu relator. Esta farmacopeia

rapidamente foi ultrapassada pelas inovações farmacêuticas e a breve trecho ficou obsoleta. Contudo, apenas em 1935, foi substituída pela famosa *Farmacopeia Portuguesa IV*, obra marcante na literatura farmacêutica portuguesa do século XX. Várias razões podem ser apontadas como justificativas da permanência de uma obra desactualizada que passam, desde logo, por eventuais incompatibilidades socioprofissionais entre médicos e farmacêuticos, ou por eventuais razões políticas motivadas pela instabilidade vivida na primeira República e no tempo que a antecedeu. Deve ainda sublinhar-se que todo o século XIX foi um período de forte reivindicação socioprofissional do farmacêutico português. Em 1835, foi fundada a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, logo transformada em Sociedade Farmacêutica Lusitana, organismo defensor dos interesses da classe farmacêutica e, também, instituição dotada de componente científica. Em 1836, foram criadas as Escolas de Farmácia de Lisboa, do Porto e de Coimbra. No período de existência destas instituições, encontramos plasmados no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* os vários problemas que assolaram a farmácia e os farmacêuticos portugueses e o movimento científico, técnico e profissional farmacêutico estrangeiro. É muito interessante registarmos várias obras de autores portugueses, farmacêuticos, que se tornam marcantes para o exercício profissional, como é o caso, por exemplo, dos famosos *Elementos de Pharmacia, Theorica e Practica*, da autoria de Xavier Cordeiro, editados em 1859 e em 1874, bem como o valioso e volumoso *Formulario Oficial e Magistral* de Urbano da Veiga.

Também é de sublinhar que, ao longo do século XIX, sobretudo à medida que avança para o seu final, o farmacêutico vai alargando o seu espectro de actuação para a vertente analítica. As análises aplicadas à saúde pública, isto é, a produtos tóxicos, a alimentos, a águas e a medicamentos começam a ser realizadas por farmacêuticos. Por isso, não é de estranhar que os planos de estudos dos cursos de farmácia comecem a introduzir disciplinas que formem os farmacêuticos nesta área. Basta atender, por exemplo, à reforma de ensino de 1902 (que torna o ensino farmacêutico superior) para nos apercebermos desta realidade. Alguns farmacêuticos notabilizaram-se neste campo como, por exemplo,

Joaquim dos Santos e Silva (1842-1906), um dos principais responsáveis pelas análises de águas de norte a sul do país, em finais do século XIX e inícios do século XX.

### **Farmácia e medicamentos no século XX: os modernos grupos fármaco-terapêuticos e a nova dinâmica profissional farmacêutica**

A partir do final da I Guerra Mundial, sobretudo nos finais dos anos vinte e trinta, os avanços no campo da química, da biologia, da técnica e da tecnologia farmacêuticas proporcionaram o surgimento de novas formas farmacêuticas e aperfeiçoamento de outras já existentes, a inclusão nos medicamentos de novos produtos medicamentosos e excipientes, novas técnicas e tecnologias de produção. Soros, vacinas, preparações biológicas diversas, depois, enzimas, antibióticos, cápsulas, comprimidos, injectáveis, granulados, drageias, emulsões, etc., passam a fazer parte do vocabulário farmacêutico. Desenvolveram-se muitos grupos terapêuticos, ficando à disposição do doente um leque variado de medicamentos. Alcançaram-se resultados notáveis nos primeiros anos do século XX, no campo da medicina tropical. Em 1918, assinalam-se os estudos realizados por Howell sobre a heparina e, a partir de 1945, melhorou-se a terapêutica cardiovascular, fruto da entrada dos heparinóides na terapêutica; também são de referir a estreptoquinase e a uroquinase. Nos anos 40 e 50, desenvolveram-se os primeiros estudos de terapêutica antiateromatosa e anti-hipertensiva. No início do século podem ser destacados outros estudos na terapêutica cardiovascular, como, por exemplo, os anti-arrítmicos. Em 1921, é descoberta a insulina por Frederick Banting e Charles Best. A terapêutica anti-neoplásica progrediu, especialmente, a partir de 1945 com as mostardas azotadas (Goodman). Em 1932, Gerard Domagk (1865-1964) descobriu as sulfamidas, através do prontossil (substâncias com efectivas propriedades antimicrobianas) e, em 1928, Alexander Fleming (1881-1955), a penicilina (comercializada

somente nos anos 40), o primeiro antibiótico que abriu as portas, mais tarde, à descoberta de outros antibióticos eficazes.

Os trabalhos de Howard Florey e de Ernst Boris Chain e colaboradores, nos anos 30 e 40, foram decisivos, desde logo, para a transformação da penicilina em medicamento e, posteriormente, para a sua produção em larga escala. Tratou-se da primeira medicação segura e com resultados práticos altamente convincentes no tratamento de infecções. A redução da taxa de mortalidade por infecções foi grandemente significativa. É de sublinhar, ainda, na primeira metade do século XX, o tratamento da tuberculose com PAS, estreptomina e isoniazida. Pela primeira vez, este flagelo foi devidamente contrariado. A terapêutica anti-eprótica teve, em 1941, o seu primeiro tratamento eficaz tirando partido de sulfonas. O ácido undecelénico, nos finais dos anos 30, foi aplicado na terapêutica anti-micótica, tal como a griseofulvina, anfotericina e nistatina. Assinalem-se os avanços conseguidos com a descoberta, isolamento e, depois, transformação em medicamento das vitaminas. Introduziram-se e vulgarizaram-se as vacinas contra o sarampo, gripe e outras. A terapêutica neuropsiquiátrica apareceu nos anos 50 com a descoberta da clorpromazina, abrindo-se as portas à terapêutica utilizada hoje em psiquiatria. A utilização destes medicamentos, considerados dos grupos mais consumidos, constituiu uma das descobertas mais notáveis da história da terapêutica medicamentosa do século XX, em função do seu significado social.

Em Portugal, os progressos observados no século XX tentaram acompanhar o que de mais avançado se ia realizando no estrangeiro. Em 1927, realizou-se em Lisboa o I Congresso Nacional de Farmácia. Pretendia ser, essencialmente, um Congresso científico mas veio a revestir-se de natureza socioprofissional, revelando-se como um barómetro importante do estado da farmácia em Portugal nos finais dos anos 20. Havia grandes preocupações face às inovações científicas e técnicas: desde logo o problema da industrialização dos medicamentos, uma questão nova que interferia com várias questões da farmácia em Portugal: a fixação em Portugal de indústrias estrangeiras; a exportação de medicamentos portugueses; a protecção dos produtores portugueses, etc. Depois, o

exercício profissional em farmácias de oficina: o exercício ilegal; a falta de inspecções; o deficiente exercício por parte de farmacêuticos; a ausência de regulação do comércio dos medicamentos, etc. As indústrias farmacêuticas portuguesas tentaram afirmar-se, mas faltou-lhes o pilar essencial que existia noutros países da indústria química. Algumas reivindicaram, para si mesmas, inovações medicamentosas.

Em 1921, as Escolas de Farmácia foram transformadas em Faculdades e, em 1932, as Faculdades de Coimbra e de Lisboa voltaram, novamente, à condição de Escolas, até 1968.

São várias as reformas de ensino verificadas entre 1902 e 1932. O Estado Novo impôs a junção de algumas associações de classe numa única instituição, o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos. Nos finais dos anos 20 e nos anos 30, surgem medidas reguladoras do exercício profissional e, sobretudo, do medicamento e, em 1940, aparece a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, instituição de tutela do medicamento e do sector farmacêutico. Deve sublinhar-se que, em 1968, tem lugar o primeiro Congresso Nacional da Indústria Farmacêutica, que vem a fazer um balanço profundo do sector industrial farmacêutico português. Gradualmente, o farmacêutico português vai alargando o seu limite de actuação e as análises aplicadas à saúde privada e pública passam a constituir uma parte significativa do seu trabalho. A designada *crise* da farmácia instala-se, sobretudo, entre os anos 30 e os anos 60, fruto de vários problemas que tiveram como pano de fundo a industrialização do medicamento.

## Conclusões

Hoje, o medicamento é um produto de enorme complexidade. A actividade farmacêutica, além de ser uma actividade de natureza sanitária é uma actividade, igualmente, de enorme complexidade. As instituições farmacêuticas são grandes multinacionais e o medicamento é um produto global. O medicamento entrou no nosso quotidiano. É um fenómeno social. As farmácias comunitárias constituem, muitas vezes, o primeiro

elo de ligação do utente aos serviços de saúde; noutras ocasiões, constituem o último contacto com a cadeia da saúde. Mas o medicamento é, igualmente, um produto com importantíssimas repercussões económicas, jurídicas e outras.

### Bibliografia e sugestões de leitura

- Araújo, Maria Benedita da Silva, *O conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.
- Basso, Paula, *A farmácia e o medicamento. Uma história concisa*, Lisboa, CTT Correios, 2004.
- Dias, José Pedro Sousa, *A farmácia em Portugal. Uma introdução à sua história, 1338-1938*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994.
- Esteva de Sagrera, Juan, *Historia de la farmacia: Los medicamentos, la riqueza y el bienestar*, Barcelona, Masson, 2005.
- Folch Jou, G., *Historia de la Farmacia*, 2.ª ed., Madrid, Imprenta n.º 1 del Patronato de Oficiales del Ejército, 1957.
- Higby, Gregory; Stroud, Elaine (eds.), *The inside story of medicines*, Madison, AIHP, 1997.
- Lopez Piñero, J.M., *La medicina en la historia*, Madrid, La Esfera de los Libros SL, 2002.
- Pereira, Ana Leonor; Pita, João Rui, “Ciências”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, *O Liberalismo (1807-1890)*, Torgal, Luís Reis; Roque, João Lourenço (cords.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 652-667.
- Pereira, Ana Leonor; Pita, João Rui, “Public health, municipalities and the state: founding microbiological laboratories in Portugal”, in Dinges, Martin (ed.), *Health and health care between self-help, intermediary organizations and formal poor relief (1500-2005)*, Edições Colibri/CIDEHUS-UE/PhoenixTN, 2007, pp. 121-130.
- Pereira, José Morgado; Pita, João Rui; Pereira, Ana Leonor, “Enfermedades mentales en Portugal: doctrinas, concepciones y terapéuticas en la Primera República (1910-1926)”, in Ortiz Gómez, Teresa et al., *La experiencia de enfermar en perspectiva histórica*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2008, pp. 473-477.
- Pita, João Rui, “La farmacia en Portugal a finales del siglo XVIII”, in Aceves, Patricia, *La química en Europa y América (siglos XVIII y XIX) – Estudios de historia social de las ciencias químicas y biológicas*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 1994, pp. 69-92.
- Pita, João Rui, *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Livraria Minerva, 1996.

- Pita, João Rui, “A quina e outras drogas americanas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares* (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses), 17, Jun. 1999, pp. 197-228.
- Pita, João Rui, “Sanitary normalization in Portugal: pharmacies, pharmacopoeias, medicines and pharmaceutical practices (19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries)”, in Abreu, L. (ed.), *European Health and Social Welfare Policies*, Brno, Compostela Group of Universities/PhoenixTN, European Thematic Network on Health and Social Welfare Policies/Brno University of Technology-Vutium Press, 2004, pp. 434-453.
- Pita, João Rui, *História da Farmácia*, 3.ª ed., Coimbra, Minerva, 2007.
- Pita, João Rui, “História da profissão farmacêutica em Portugal. Alguns temas, problemas e reflexões”, in Aguiar, António Hipólito de (coord.), *Farmacêuticos 2020. Os desafios da próxima década*, Lisboa, Hollyfar – Marcas e Comunicação, Lda, 2012, pp. 17-38.
- Pita, João Rui; Pereira, Ana Leonor, “A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea”, in *Estudos do Século XX*, 2, 2002, pp. 231-265.
- Pita, João Rui; Pereira, Ana Leonor, “A recepção da ciência de Pasteur na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1882-1911)”, in Amaral, Isabel et al. (coord.), *Percursos da saúde pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge*, Lisboa, CELOM, 2010, pp. 145-154.
- Pita, João Rui; Pereira, Ana Leonor, “Farmácia e saúde em Portugal – De finais do século XVIII a inícios do século XIX”, in Formosinho, Sebastião J.; Burrows, Hugh D., *Sementes de ciência. Livro de homenagem a António Marinho Amorim da Costa*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 205-232.
- Puerto Sarmiento, Francisco Javier, *El mito de Panacea. Compendio de historia de la terapéutica y de la farmacia*, Madrid, Doce Calles, 1997.
- Rodriguez Nozal, Raúl; Gonzalez Bueno, Antonio (coords.), *El medicamento de fabricación industrial en la España contemporánea*, Madrid, CERSA, 2008.
- Sonnedecker, Glenn, *Kremers and Urdangs History of Pharmacy*, 4.ª ed., Madison, American Institute of the History of Pharmacy, 1986.

**Nota** – O presente estudo integra-se nas actividades científicas do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS20 – Universidade de Coimbra, centro de investigação com fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-C/HIS/UI0460/2011. Ref. COMPETE FCOMP-01-0124-FEDER-022660.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL  
TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Ficha Técnica	
Diretora	Adília Fernandes
Conselho de Redação	Adília Fernandes, Maria da Assunção Carqueja Rodrigues, Odete Paiva, Otilia Lage
Conselho Editorial	Adília Fernandes, Albano Viseu, Ana Leonor Pereira, Antero Neto, Carlos Sambade, Elisa do Rosário Fernandes Dias, Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu, Fernando Augusto Machado, Fina d'Armada, Guilhermina Mota, João Rui Pita, José Luís Lima Garcia, José Ricardo, Manuel Correia, Manuel Daniel, Maria da Assunção Carqueja e Adriano Vasco Rodrigues, Maria de Fátima Nunes, Maria Otilia Pereira Lage, Raul Berenguel, Ricardo Silva, Rita Rodrigues, Virgílio Tavares
Conselho Científico	Adriano Vasco Rodrigues, Fernando Machado, Fernando de Sousa, José Marques, José Viriato Capela, Maria Norberta Amorim, Norberto Cunha
Propriedade	CEPIHS – Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social Trás-os-Montes e Alto Douro
Edição	Palimage
Direção gráfica e Capa	Isabel Caldeira. Capa sobre fotografia de Arnaldo Silva – solar da família Oliveira Pimentel
Fotocomposição	Bruno Maurício (outlayer@gmail.com)
Apoio	CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória – UIM); Cordeiros Galeria; Município de Torre de Moncorvo
Contactos	CEPIHS – Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social 961833810; e-mail: cepihs@gmail.com Terra Ocre - edições Apartado 10032 3031-601 Coimbra Tel./ Fax 239 087 720 e-mail: palimage@palimage.pt site: www.palimage.pt
ISSN	2182-0252
Depósito legal	322287/119
Data de edição	Setembro de 2013
Impressão	Artipol – Artes Tipográficas, Lda.

Nota – A opção pelo uso, ou não, do novo acordo ortográfico, assim como o conteúdo dos artigos publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

*Revista*  
**CEPIHS**  
3

Coordenação  
Adília Fernandes



**Palimage**  
*A Imagem e A Palavra*